

A Colonização do Brasil: aspectos de um debate acerca da constituição do Império Português

Luciene Maria Pires Pereira¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é apontar as principais características do debate sobre o processo de formação do Brasil ocorrido ao longo do século XX, destacando os principais autores e as especificidades de suas teorias, a fim de tratarmos da seguinte questão: até que ponto o Brasil tornou-se uma simples extensão do território português e em que medida as terras portuguesas na América tornaram-se importante instrumento para a manutenção do Império Português, fortalecendo o país no contexto das relações comerciais mundiais do início do século XVI. A compreensão desse debate e as novas questões levantadas pela historiografia são fundamentais para entendermos a dinâmica desenvolvida pelos portugueses no momento da colonização das terras do além-mar, em especial os objetivos e os interesses que estiveram presentes na montagem da estrutura político-administrativa.

Palavras-Chave: Formação do Brasil, Relações Comerciais, Império Português.

Abstract

The objective of this work is to point the main characteristics of the debate on the process of formation of Brazil occurred throughout century XX, detaching the main authors and the especificidades of its theories, in order to deal with the following question: until point Brazil became a simple extension of the Portuguese territory and where measured Portuguese lands in America they had become important instrument for the maintenance of the Portuguese Empire, fortifying the country in the context of world-wide the commercial relations of the beginning of century XVI. The understanding of this debate and the new questions raised for the historiografia are basic to understand the dynamics developed for the Portuguese at the moment of the settling of lands of the beyond-sea, in special the objectives and the interests that had been gifts in the assembly of the politician-administrative structure.

Keywords: Formation of Brazil, Commercial Relations, Portuguese Empire

A formação e evolução do Brasil é tema de várias pesquisas entre os estudiosos de nossa história, sendo que a incidência desses estudos no meio acadêmico varia de acordo com o momento histórico vivido. Atualmente, a busca pela compreensão da formação histórica brasileira parece ter entrado em uma fase de estagnação, pois são poucos os trabalhos que visam discutir nosso processo civilizador, talvez por modismos, já que a longa duração já não é mais vista como algo necessário.

No entanto, ao nos propormos a analisar questões referentes à nossa história, não podemos deixar de revisitar nosso passado não somente em busca de fatos ou aspectos novos,

¹ Mestranda pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – FCL de Assis. Agencia Financiadora: CNPq.

antes ignorados ou deixados de lados por outros estudiosos, mas sim para conhecermos o quanto e o que já foi discutido sobre o tema, com a intenção de fazermos uma revisão bibliográfica que nos ajudará a entender não só nossa evolução, como também a ter uma visão mais completa do nosso objeto de estudo. A partir dessa revisão, somos capazes de formular nossas posições sobre as análises existentes, de formular novas idéias e apontar novos caminhos para a discussão, visto que estamos inseridos em um outro contexto histórico.

Como dito, as análises sobre a formação do Brasil eclodem de acordo com o momento histórico, de acordo com as “lutas” de cada indivíduo inserido na sociedade. Hoje em dia, apesar de vivermos momentos turbulentos devido ao nosso contexto político e econômico, os estudos sobre nossa formação não mais ocupam a maioria das publicações. Quadro muito diferente do que ocorrera em outras épocas em nossa história.

Exemplo disso é o século XX, ao longo do qual uma série de autores debateram sobre a situação do país naquele momento e abriram espaço para discussões que envolviam questões políticas, econômicas e sócio-culturais. Essas análises divergiam em vários pontos, porém, todas elas buscavam em nosso passado a chave para a compreensão do momento atual, e, em alguns casos, atribuíam à maneira pela qual se deu a nossa formação a responsabilidade pelos problemas que o Brasil enfrentava naquele momento. Hoje podemos fazer uma revisão dessa historiografia e olhar com outros olhos as questões por ela levantadas, pois não temos mais a pressão que os autores daquele período sentiam, estamos em um novo momento. Não se trata de voltar nosso olhar para um passado longínquo com a certeza ou mesmo intenção de encontrarmos soluções para os problemas que assolam o país atualmente, mas sim de uma tentativa de entendermos o caminho percorrido pela sociedade brasileira na busca de sua consolidação enquanto nação.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o Brasil passou por transformações significativas para a nossa história, dentre as quais destacamos o crescimento da vida urbana e a diversificação das atividades econômicas. Em linhas gerais, isso significa que o Brasil deixava de ser um país predominantemente agrário para se tornar um país cada vez mais urbano e com uma economia diferenciada. (FAUSTO, 1998).

Apesar do novo cenário que se desenvolvia no interior do Brasil, cabe ressaltar que o poder do patriarcado rural não desapareceu, mas sim passou a co-existir com novos poderes, novas classes e novas formas de enriquecimento. A nascente vida urbana ainda desenvolvia dentro dos moldes patriarcais, sofrendo no entanto, a influência de novos elementos, o que acabou gerando a criação de um sistema de trocas entre o campo e a cidade que teve como consequência o surgimento de uma rede de serviços que trouxe à cena novos atores sociais.

Diante desse quadro o Estado adotou uma postura que, se por um lado não oferecia incentivos para o avanço da industrialização, por outro lado também não se opunha ou criava obstáculos para impedir seu crescimento.

A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. Entretanto, não se pode dizer que o governo tenha adotado um comportamento antiindustrialista. Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimos e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. Por outro lado, a tendência de longo prazo das finanças brasileiras no sentido da queda da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios com relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação dos bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia.

Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial. (FAUSTO, 1998: 289).

Junte-se às transformações sociais as manifestações no campo da política, que tomou nova direção com a Revolução de 1930, revolução esta que representou uma ruptura com a chamada política do café-com-leite, que pode resumir-se como sendo uma espécie de aliança entre as oligarquias mineira e paulista que se revezaram no comando do país ao longo da primeira república. Com essa centralização do poder no cenário político, as regiões Nordeste e Sul ficaram à margem das decisões políticas, não conseguindo influenciar política central, fato que acabou gerando rebeliões que visavam uma reorganização política que se enquadrasse melhor na realidade brasileira.

Essa nova sociedade que se formava tornou-se mais complexa, com a progressiva neutralização de forças que antes dominavam o cenário político e a crescente inserção da burguesia industrial no interior do governo.

Nesse contexto permeado pelo nascimento de uma sociedade urbana, pela diversificação da produção, pelo aumento de poder de influência de novos atores sociais nos rumos da vida política e econômica do país e por tudo que essas mudanças representaram para nossa história, surgiu ao longo do século XX uma extensa gama de textos e publicações com o objetivo de repensar o Brasil. Desse modo, as cidades tornaram-se grandes centros de reflexão, com as atenções voltadas para a busca de nossas raízes étnicas e culturais.

Nesse momento, o país estava (re)construindo sua identidade, buscando entender a sua posição em relação ao resto do mundo, que também passava por transformações, e por esse motivo podemos dizer que os trabalhos surgidos a partir da primeira metade do século XX são expressões dos anseios de seus autores, que buscavam em nosso passado colonial instrumentos que os ajudassem a compreender por meio da evolução da sociedade brasileira

as mudanças que ocorriam diante de seus olhos. Além disso, esse processo de redescobrimto da história brasileira era uma maneira de encontrar armas com as quais pudessem defender seus ideais.

Dentre os estudos surgidos nesse período, abordamos neste trabalho aqueles que consideramos merecedores de destaque dentro da historiografia devido às suas contribuições para a ampliação do conhecimento de nossa história, como é o caso de Caio Prado Júnior, Fernando Novais, Antônio Barros de Castro e Ciro Flamarion Cardoso.

Pode-se dizer que Caio Prado Jr. foi o precursor de uma teoria acerca do processo de formação do Brasil que durante boa parte do século XX manteve-se hegemônica, servindo de linha mestra para a elaboração de diversos trabalhos posteriores, tornando-se dessa maneira referência para os estudos acerca da história do Brasil.

Em seu livro *Formação Política do Brasil* (1933), Caio Prado apresentou um método diferenciado de análise do passado, um método baseado na observação da ação política das classes populares. Utilizando-se da interpretação materialista, o autor se propôs a fazer uma história que não fosse a da classe dirigente, pois “na nossa história os *heróis* e os *grandes feitos* não são heróis e grandes feitos senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial...” (PRADO JR., 2006: 08). Nesse sentido, *Evolução...* representou uma renovação na historiografia brasileira, na medida em que criticava a valorização de nomes e fatos que na verdade eram símbolos dos interesses das classes dirigentes e trazia para o centro das análises a ação política das camadas populares.

Além disso, foi em *Evolução Política do Brasil* que o autor esboçou de maneira preliminar o cerne da teoria que seria melhor explicada anos mais tarde com a publicação de sua obra de maior expressão, *Formação do Brasil Contemporâneo : colônia*, em 1942. Seu objetivo nesta obra era entender o Brasil do início do século XX, sendo que na sua concepção o século XX deveria ser visto como o resultado da soma dos acontecimentos do período colonial com as mudanças ocorridas ao longo do século XIX. Por essa razão, o autor colocou o século XIX em uma posição de representante de uma nova fase na história do Brasil e um momento decisivo para a sua formação:

(...) de um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. Doutro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje. (PRADO Jr., 2004, p. 9).

A grande tese presente em *Formação...* é de que, nos anos de 1940 a economia brasileira encontrava-se ainda articulada como uma economia colonial, entendida pelo autor como a organização da produção para o mercado externo. É por essa razão que Caio Prado voltou seu olhar para o início da formação do Brasil, pois entendeu que o Brasil encontrava-se organizado como na época da colonização, ou seja, com um sistema produtivo que não visava valorizar ou até mesmo subsidiar as necessidades e interesses do país. O Brasil não havia superado ainda o “sentido da colonização”, fato que levou o autor a afirmar que a formação do Brasil ainda não havia se completado até aquele momento.

Para que o Brasil pudesse completar a sua formação, era preciso a superação de aspectos que resistiam ao tempo e já não se faziam mais necessários. Em outras palavras, era preciso que o país evoluísse de uma economia colonial para uma economia nacional, voltada para atender os interesses e necessidades internas do país.

O livro de Caio Prado apresentava-se então como uma maneira de expressar sua insatisfação com a situação vigente, apontando uma proposta política que visava o fortalecimento do país como nação. Para o autor, enquanto não o país não voltasse suas atenções para as necessidades de seus indivíduos, não sairia da condição de dependente de outras nações, como na época de sua colonização.

Em linhas gerais, a teoria de Caio Prado acerca da colonização e evolução do Brasil pode ser entendido dessa maneira, isto é, uma teoria que entendia que o território brasileiro constitui-se como simples extensão de Portugal, com o objetivo de fornecer matérias-primas e alguns outros produtos para o comércio europeu.

Essa teoria, como dito anteriormente, ganhou força e encontrou lugar de destaque na historiografia acerca da formação da sociedade brasileira, sendo legitimada e ganhando status de “verdade absoluta” por meio de outros autores que não ousaram contestá-lo, ao contrário, partiram do seu princípio básico para novos estudos.

Dentre os autores que usaram como ponto de partida para o estudo da sociedade brasileira o pensamento desenvolvido por Caio Prado Jr. está Fernando Novais, que em seus trabalhos analisou a história do Brasil em um contexto mais amplo, aprofundando a discussão sobre as relações entre metrópoles e colônias, além de inserir a questão sobre a maneira como foi desenvolvida a colonização desse território no debate acerca da formação do capitalismo industrial. Nesse sentido, Novais entendeu o processo colonizador como uma etapa necessária para a para a formação do capitalismo industrial.

Em trabalhos como *A Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*, de 1974 o autor procurou explicar a lógica das relações comerciais na era moderna,

enquadrando as colonizações européias no contexto da política mercantilista em voga no período em questão. Novais entendeu por sistema colonial “o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias” (NOVAIS, 1977: 13) e denominou o tipo de relação entre as metrópoles e colônias no período moderno entre a era dos descobrimentos e a Revolução Industrial como *Antigo Sistema Colonial* da era mercantilista, visando apontar o papel das colônias nesse cenário.

Sem fugir do cerne da interpretação de Caio Prado Jr. acerca da colonização, ou seja, entendendo a colonização do Brasil como organização da produção para o mercado externo, e tendo em mente a política mercantilista adotada pelos países europeus no período moderno, Novais afirmou que as colônias

(...) devem se constituir em retaguarda econômica da metrópole. Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudesse por definição aplicar as normas de política econômica; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes. (NOVAIS, 1977:19/20).

Desse modo, a colônia aparece aqui como catalisadora de recursos para a metrópole, fortalecendo seu poderio diante do mercado mundial, além de se apresentar como alternativa em eventuais crises.

O avanço dos estudos de Fernando Novais em relação aos de Caio Prado Jr. está relacionado com o fato do autor procurar explicar a colonização a partir de algo maior, chamando nossa atenção para a realização de um processo novo, marcado pela transição de relações apenas comerciais para a colonização, quer dizer, para a criação de uma nova estrutura que, de acordo com o autor, foi “*um desdobramento da expansão puramente comercial*” e que se fazia necessário para dar continuidade ao crescimento da economia européia (NOVAIS, 1977:26).

Portanto, embora desenvolvido aproximadamente trinta anos depois da tese de Caio Prado Jr. e apesar de ter a proposta de analisar o processo de colonização da América em contexto mais amplo, o estudo de Fernando Novais, superficialmente apresentado aqui, manteve-se fiel à idéia de enxergar a obra colonizadora como algo voltado para o benefício de nações européias, combinando em sua análise os aspectos comerciais da época moderna com considerações acerca do Antigo Regime – período definido pelo autor entre o fim do feudalismo e o nascimento do capitalismo industrial – e, assim como seus antecessores, dispensando pouca atenção às características próprias das colônias, assim como sua organização interna.

Essa linha interpretativa que predominou no cenário acadêmico por um longo período durante o século XX começou a ser contestada na década de 1970, com o surgimento de trabalhos como o de Antônio Barros de Castro e Ciro Flamarion Cardoso, nos quais, a intenção era valorizar aspectos da vida interna das colônias, mostrando que esses aspectos também podiam influenciar a dinâmica comercial na qual Portugal estava inserido e que, por essa razão, não podiam ser ignorados.

Castro, em trabalhos como *Engenhos de açúcar no Brasil. O trabalho dos escravos e a política econômica dos senhores* (1977) e *As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial* (1978) procurou enfatizar a idéia de que alguns setores de atividades da colônia não dependiam exclusivamente dos desígnios externos para funcionarem, como no caso dos engenhos, por exemplo. Desse modo, o autor defendia a idéia de que o desenvolvimento da colônia não seguia apenas o fluxo das ações externas, mas que dependia também, em alguns casos, de circunstâncias que eram próprias da atmosfera interna.

Embora não perdesse de vista o contexto mercantil no qual a descoberta e colonização das terras brasileiras estavam inseridos, o autor trouxe para o centro das discussões as relações intercoloniais, a partir das quais seria possível entender questões relevantes para a plena apreensão da relação metrópole-colônia.

Sendo assim, os trabalhos do autor destacam-se pelo estudo de estruturas consideradas por ele como peças-chave no desenvolvimento e manutenção da sociedade colonial e, indiretamente, da metrópole. Um exemplo disso é o estudo da criação e funcionamento dos engenhos brasileiros, considerando o significado dos mesmos para o desenvolvimento das atividades coloniais, bem como a escravidão no período colonial. Trata-se de trabalhos voltados a entender o papel que esse segmento desempenhou no desenvolvimento e manutenção da sociedade que se formava. Nas palavras do autor, “(...) trata-se de entender a posição dominante adquirida pela mão-de-obra escrava nas atividades que fundamentam e determinam a estrutura econômico-social do novo modelo colonial.” (CASTRO, 1984: 48).

Assim como Antônio Barros de Castro, Ciro Flamarion Cardoso², também se dedicou a analisar a estrutura interna das sociedades coloniais, transformando-se no maior crítico do pensamento de Caio Prado Jr. Pautando seus estudos sobre o escravismo colonial, Cardoso desprezou a teoria da dependência e a idéia de que as colônias somente possuíam algum sentido se entendidas em função de suas metrópoles. Para o autor, as sociedades coloniais

² O autor apresenta essa discussão em trabalhos como *Agricultura, escravidão e capitalismo* (1979), *A concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração do excedente”* (1980) e *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*, (1987).

deveriam ser entendidas “como elementos integrantes (e até mesmo complementares e dependentes) da economia européia” (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001), mas que possuíam estruturas internas que não podem ser ignoradas ao se analisar nosso passado colonial.

Desse modo, Ciro Flamarion e outros que a ele se seguiram primavam por uma análise de nossa história que fosse além da interpretação que ganhou força a partir dos estudos de Caio Prado Jr., trazendo para o cenário das análises características da estrutura interna da organização das colônias, ressaltando sua importância para o desenvolvimento e manutenção da sociedade que nascia. Nesse sentido, a crítica do autor recaía sobre a hipótese de que as sociedades coloniais eram meras extensões de outras nações e que, por essa razão, não possuíam estruturas políticas, econômicas e sociais próprias.

Para Cardoso, analisar a formação das colônias olhando apenas para as conjunturas externas não seria suficiente para entendê-las, pois isso significaria afirmar que não havia nessas colônias autonomia alguma, e que seu funcionamento interno seguia de acordo com as orientações da metrópole, o que representa apenas um quadro parcial do que ocorria de fato com as colônias. Além disso, teorias como as de Caio Prado e Fernando Novais, segundo o autor, generalizavam aspectos do processo colonizador de diversos territórios e não conseguiam explicar as particularidades de cada um. Dessa maneira, o autor propôs um olhar mais profundo no interior das colônias, um olhar capaz de enxergar as contradições que existiam dentro do “sistema colonial” e que ajudam a esclarecer as diferenças entre os países que foram colônias, como no caso da América Latina e das Antilhas.

Como explicar as profundas diferenças atuais entre as estruturas internas de diversos países latino-americanos e antilhanos, partindo de um modelo genérico e de termos tão vagos quanto “trabalho forçado, servil e semi-servil”, e não do estudo adequado dos contrastes existentes entre as estruturas e processos internos presentes em diferentes regiões da América colonial, cuja dinâmica, embora dependesse sem dúvida, em última instância, de impulsos e estímulos provenientes da área metropolitana, em nenhum caso se reduzia a tais impulsos e estímulos?. (CARDOSO, 1980:120).

Infelizmente, neste trabalho não será possível apontar todas as características da teoria de Cardoso e da crítica a seus antecessores. Porém, cabe ressaltar que por meio dos trabalhos do autor é possível conhecermos aspectos da estrutura organizacional interna da colônia, que vão além das atividades comerciais voltadas para o mercado externo e a acumulação de capitais para a metrópole. Aspectos como as atividades escravas e suas variações, por exemplo, e de que maneira essas atividades influenciavam ou eram influenciadas pelas conjunturas externas e como agiam em prol da formação de uma sociedade nesse território.

Após apontarmos superficialmente os pontos principais do debate acerca da formação da sociedade brasileira, entendemos que ao se estudar o período colonial de nossa história não se pode negar a relevância de nenhum dos autores e idéias aqui apresentados, pois entendemos que tais estudos, embora guardem diferenças entre si, são peças complementares e que somente se analisadas em conjunto são capazes de fornecer àqueles que se interessam pela nossa história as informações necessárias para a compreensão do passado. Na verdade, concordamos com Ciro Flamarion quando este afirma que

Tais sociedades só revelam seu pleno sentido se forem consideradas como integrantes de um sistema mais vasto, na medida em que surgiram como anexos complementares da economia européia, dependentes de áreas metropolitanas, elementos que devem ser levados em conta na análise que pretenda descobrir a racionalidade das estruturas econômico-sociais das colônias. Mas também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto de sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias. Por isso, a sua concepção em termos de anexos complementares, de partes constitutivas de conjuntos mais amplos, mesmo sendo – como é – um momento central da pesquisa, é claramente insuficiente. Sem analisar as estruturas internas das colônias em si mesmas, na sua maneira de funcionar, o quadro fica incompleto, insatisfatório (...). (CARDOSO, 1980:110).

No entanto, para que o trabalho não fique prejudicado, é preciso termos em mente que esses estudos têm suas abordagens limitadas pelo momento histórico em que seus autores estão inseridos, e por essa razão não podem ser adotados como verdades absolutas, com o risco de cairmos no dogmatismo. Ao contrário, é preciso saber reconhecer esses limites e procurar avançar em nossos estudos, objetivando sempre analisar os fatos à luz de uma nova época, trazendo novas observações e pontos de vistas, ampliando, dessa maneira, as possibilidades de estudo e contribuindo para o enriquecimento da historiografia.

Os autores aqui citados contribuíram, cada um a seu tempo e à sua maneira, para a busca pela compreensão do- abusando do termo de Caio Prado – “sentido da colonização”, ou seja, do papel das colônias, sobretudo das americanas, no jogo das relações comerciais européias.

No caso específico da colônia portuguesa na América, entendemos que, embora talvez em um primeiro momento a Coroa não vislumbrasse o potencial de sua colônia ou mesmo não esperasse que a constituição de algo nessas terras pudesse vir a se tornar vital, não demorou muito para que ela entendesse a relevância de suas novas possessões para o fortalecimento de sua posição de destaque no cenário mundial, e buscasse formas de inserir essas terras em seus projetos.

Assim, a estrutura que aqui se organizou a partir da colonização, aliada às conjunturas externas, possibilitou a estas terras contribuir de maneira incisiva para o fortalecimento de

Portugal no cenário comercial europeu do período moderno. Além disso, o desenvolvimento da colônia portuguesa se mostrou útil e necessário para a própria reestruturação da sociedade portuguesa em momentos de crise.

Desse modo, os resultados das navegações portuguesas e de suas conquistas não podem ser entendidos apenas como exploração de um “novo mundo”, pois embora muito se fale na exploração das terras americanas por parte de Portugal, não se pode negar que a sociedade criada neste território foi fundamental para a consolidação do chamado Império Português.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____. As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial; a preocupação obsessiva com a extração do excedente. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis : Vozes, 1980.

_____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis : Vozes, 1979.

CHANDEIGNE, Michel (org). *Lisboa Ultramarina, 1415-1800 : a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1992.

CASTRO, Antônio Barros de. As mãos e os pés do senhor de engenho. Dinâmico do escravismo colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho Escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

FAUSTO. Bóris. *História do Brasil*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João Luiz. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

MENDES, Claudinei Magno Magre. *Construindo um Mundo Novo : os escritos coloniais do Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, 1996. (Tese de Doutorado)

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo : Hucitec, 1979.

_____. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo : colônia*. São Paulo : Brasiliense, 2004.

_____. *Evolução Política do Brasil : colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SÉRGIO, Antônio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, s.d.